

ELAS FALAM DO PORTO DA MANAUS MODERNA (2012-2018)

Rafaela Basto de Oliveira

Universidade Federal do Amazonas

rafaelabastosoliveira@gmail.com

RESUMO:

Na área portuária do Centro da cidade de Manaus, hoje em dia, as mulheres estão em diversos trabalhos: na venda de bebidas e comidas, no manuseio e venda de peixe, no transporte de mercadorias e bagagens, no corte de carne, na venda de ervas, no estacionamento de carros, na venda de passagens de barcos, como profissionais do sexo e em tantas outras atividades. Este trabalho, portanto, se debruça em refletir as relações de trabalho das mulheres no Porto da Manaus Moderna, entre os anos de 2012 e 2018. Importa atentar que, ao construir sua própria história, também constroem uma história que é social, pois colaboram de forma efetiva na constituição das relações sociais na cidade. As narrativas orais carregam os sentidos que as mulheres atribuem às suas vidas, envoltas das avaliações de suas lutas, conquistas e derrotas. Tomando como referência a reflexão que o literato italiano Alessandro Portelli sobre memória que a descreve como “processo individual, que corre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”, importa as definições que vão fazendo para sua permanência na área portuária, afirmando constantemente que elas também têm direito ao espaço e ao trabalho.

Palavras-chave:

Mulheres; porto; memória.

A área denominada Manaus Moderna, trata-se de um complexo composto por balsas para atraque de embarcações regionais, feiras de horti-fruti, carnes e peixes, e uma variedade de comércio de atacado e varejo. Uma localidade constituída por trabalhadores e trabalhadoras de diversas origens, que produzem saber sobre suas atividades, articulando uns com os outros as formas de luta traduzidas em sua permanência, produzindo as críticas ao discurso de competência que os definem como peças do tabuleiro, passíveis a todas as interferências produzidas pela Prefeitura ou o Governo do Estado (SILVA, 2016).

É nesta localidade que mulheres narram as suas vivências como trabalhadoras da área portuária do Centro de Manaus, entendendo que não se trata de vivências estáticas, muito menos de práticas fechadas. Sendo assim, os diálogos com as mulheres da área portuária são o sentido deste trabalho, em que são valorizados os saberes e as compreensões de uma relação que também se constitui em um processo.

Uma das noções que tem sido constantes para refletir as experiências das mulheres no porto é a do *cotidiano*, o qual a historiadora Maria Izilda Santos de Matos toma como uma categoria de análise que “não é um terreno relegado apenas aos hábitos e rotinas obscuras”, mas de compreender o cotidiano como “dimensões de experiência”, valorizando os múltiplos lugares memórias, “onde se multiplicam formas peculiares de resistência/luta, integração/diferenciação, permanência/ transformação, onde a mudança não está excluída” (MATOS, 2002, p. 26).

As narrativas das trabalhadoras da área portuária têm contribuído para pensar dimensões sociais que consistem no trabalho, participação coletiva nos cuidados dos serviços e dos filhos, e as relações tecidas no cotidiano, com outros trabalhadores, transeuntes e com os passageiros. O recorte temporal adotado neste texto, entre 2012 e 2018, justifica-se pelo início das experiências de trabalho na área portuária pelas mulheres entrevistadas, considerando as memórias que foram constituídas ao longo dos anos de trabalho das entrevistadas.

Uma das entrevistadas é Angélica Santos de Souza, na época da entrevista com dezoito anos de idade. Nascida em Santarém, município a Oeste do Estado do Pará, mãe

de uma menina de dois anos de idade. Em Manaus, Angélica, assim como sua mãe, tio, e irmã mais nova, trabalha vendendo água, cerveja e refrigerante na calçada da Avenida Lourenço da Silva Braga, a Avenida que está entre a feira da Manaus Moderna e o Rio Negro. Ela se insere neste trabalho aos treze anos de idade, antes, havia trabalhado de cuidadora de crianças desde onze anos, atividade exercida em Santarém. Sobre esse início, Angélica lembra:

Passei cinco anos trabalhando aqui, depois eu fui embora. Passei três meses em Santarém, aí, voltei, e vou fazer quatro meses que estou aqui novamente.

Como foi para você começar a trabalhar no Porto?

A minha mãe trabalhava aqui, mas eu não gostei. Sei lá! Sinceramente eu não me adaptei.

Por que você não gostou?

Porque tem muita gente que chega bêbada que a gente nem imagina. Aí, ficam falando coisa que não é pra falar. Certas horas como dizem, dá vontade de dar uns tapas neles, mas tem que ter paciência, né?

Aqui os homens falam muitas coisas das mulheres. Sei lá! A maioria das mulheres aqui é desvalorizada nessa beirada, as mulheres que vendem café, as mulheres mais velhas que vendem café. Eles tratam de um jeito que não é pra tratar a gente¹.

Ao narrar suas percepções sobre o trabalho no porto, Angélica menciona que “não se adaptou”, e não se referencia a execução da venda dos produtos da banca da família, mas às situações de assédio que ela passou, assim como observa que aconteceu e acontece com outras mulheres. Há dois momentos da sua fala que tomam proporções diferentes, uma de rejeição a ficar na atividade, e outra voltada para uma reflexão sobre sua permanência: a primeira, já mencionada que é sobre os assédios, o segundo momento, é quando ela diz “ter paciência”, não como ato que se relaciona à compreensão das ações dos sujeitos que praticam assédio, muito menos, como forma de aceitação dessas práticas, afinal, paciência não pode ser vista como um atributo de passividade acerca do trabalho das mulheres (SOUZA-LOBO, 2011, p. 154), aqui tomado como forma de não ter que partir para “os tapas”. É importante notar que

¹Entrevista ocorrida no dia 13 de maio de 2018, às 16h, na Avenida Lourenço da Silva Braga, local de trabalho de Angélica Santos de Souza.

Angélica compreende o porto como espaço que também é constituído por ela, um lugar sobre o qual ela tem direito, afinal, sua relação familiar está ligada ao Porto. Ela vai para Santarém e, ao retornar, é no Porto que ela vai trabalhar novamente, e essa compreensão para Angélica deve ser entendida como algo para as outras mulheres que trabalham lá, observando sobre as que exercem outras atividades “as mulheres que vendem café”, e as diferentes idades “as mulheres mais velhas que vendem café”.

Um olhar pouco atento pode pressupor que as pesquisas a partir das narrativas orais correspondem a um amontoado de observações em torno das narrativas de sujeitos desconhecidos, neste caso, de mulheres desconhecidas. Aqui, é importante lembrar o que escreve o literato Alessandro Portelli que “os encontros e diálogos não estão dados, a entrevista não é um produto pré-estabelecido” (PORTELLI, 2010, p. 20). Isso indica que, ao serem feitas perguntas sobre suas atividades na área portuária, as entrevistadas vão significando a sua experiência a partir das suas memórias. Assim, meus questionamentos vão se tornando modos de participação e não definindo de maneira um diálogo.

Os significados nas narrativas processam-se em condições sociais e históricas, como alerta a historiadora Yara Aun Khouri,

compreender melhor os significados culturais e históricos, intelectuais e políticos das próprias narrativas e do trabalho de investigação histórica mediado por esse diálogo; demandando refletir sobre a própria escrita da história e sobre a memória como uma prática política (KHOURY, 2004, p. 118).

Quando Angélica aponta “falando coisa que não é pra falar”, “os homens falam muitas coisas das mulheres”, “A maioria das mulheres aqui é desvalorizada”, coloca a dimensão de preocupação para a entrevistada sobre as condições com as quais as mulheres têm vivido no trabalho. Não apenas surge como uma negação ao tratamento, mas como o desejo de que essas práticas não apareçam mais: “Eles tratam de um jeito que não é pra tratar a gente”.

Em um dos textos sobre narrativas, Portelli, aponta que nem sempre os historiadores consideram relevantes determinados aspectos da vida das mulheres, muitas vezes generalizam e reduzem suas experiências a perspectivas que destacam

“dor, perda e pobreza – esses eram os temas a se esperar” (PORTELLI, 2016, p. 11). O autor chama atenção, entretanto, quanto ao esforço das próprias mulheres entrevistadas em pronunciar determinadas violências que tendem a ser minimizadas. Uma das entrevistadas por Portelli narrou os assédios sofridos, quando se lembrou da “sua luta prolongada e humilhante com a burocracia a fim de receber a pequena pensão a que tinha direito enquanto vítima”, pela perda do marido em um massacre ocorrido nas Fossas Ardeatinas, “E onde quer que eu fosse eles sabiam que eu tinha perdido meu marido, eu e as outras, as outras mulheres – e todos eles tentavam, queriam seduzir, porque quem sabe... você tinha que estar à disposição deles” (idem).

Uma segunda entrevistada, Tereza, no dia 13 de maio de 2018, por volta das 18h, trabalha no Porto há três anos. Moradora do bairro Santo Antônio, região próxima ao Centro da cidade, junto com o marido e dois filhos: um de dezessete anos, o segundo com dez anos. Do seu cotidiano de trabalho ela menciona:

Eu trabalho com peixe, carrego uma caçapa com 300 peixes e vendo. As pessoas perguntam “como você consegue?”. Eu faço trabalho de “homem” [faz aspas com os dedos]. Meu marido adoeceu, aí, eu fui comprar tambaqui, eu separei, eu tratei tirando as espinhas e vendi.

A minha canoa fica bem ali [aponta para sua embarcação de madeira equipada de motor]. E eu nem me troco por homem.

O que mais falam para a senhora que senhora ficou indignada?

Já! Que lugar de mulher é na cozinha! Que lugar de mulher é na cama!²

Dona Tereza ao afirmar sua participação ativa no comércio de peixes no Porto da Manaus Moderna, avalia ao mesmo tempo seu trabalho dentro produção social na cidade. É na área portuária que ocorre a chegada e partida de alimentos, passando pelas mãos de várias mulheres. Fazer o trabalho que antes era o posto do marido, vai definindo a preocupação de manter a renda familiar, sem a considerar que o trabalho exercido é um serviço “de homem”, indo de encontro com a uma perspectiva de não definir atividades por gênero.

²Entrevista ocorrida no dia 13 de maio de 2018, às 16h, na Avenida Lourenço da Silva Braga, local de trabalho de dona Tereza.

É necessário atentar para os membros de famílias que, trabalhando na mesma atividade no Porto, não possuem suas trajetórias pré-fixadas como uma definição de destinação do mesmo serviço para todos, mas estreitando o entendimento de que as formas de saber sobre o trabalho circulam no meio familiar. Dona Tereza trabalha no porto desde que seu marido adoeceu, e vai organizando os modos de como se faz o serviço com maiores detalhes no intuito não só de explicar como as coisas funcionam, e sim, definindo que saber e tempo de serviço não se separam.

Maria Izilda dos Santos Matos em sua pesquisa salienta que no Porto de Santos nos anos iniciais do século XX, “o cotidiano de trabalho portuário afetava diretamente a rotina de vida e trabalho das mulheres”, com os maridos adoecidos pelos trabalhos desgastantes, elas desempenhavam atividades que compensassem os ganhos, além de suas atividades domésticas (2002, pp. 117-120).

Toda uma organização familiar para manutenção de sua renda, com envolvimento amplo de familiares parece ser invisível ou insuficiente para a inconveniente intervenção que ousa definir o papel de dona Tereza à cozinha, como novamente, um lugar definido para as mulheres, assim como o de ceder prazer ao outro.

A terceira entrevistada é Rosângela Vieira Furtado, na época da entrevista com 38 anos, solteira e mãe de uma adolescente de 16 anos, habita em uma casa alugada no bairro de Santa Etelvina, Zona Norte da cidade de Manaus. Seu trabalho é como repositora numa distribuidora de bombons, localizada na Praça dos Remédios, e sua outra atividade é como carregadora:

Eu sou repositora, mas eu faço de tudo. Eu entrego nos barcos, eu entrego nas bancas, vou entregando onde é pra entregar. Eu carrego umas caixas na loja, pros clientes nos seus carros. Quando é muito (carga) eu levo no carrinho, mas quando é um pouco menos, é no ombro mesmo. Eu sempre gostei disso, sempre gostei dessa área de carregar peso. Eu sempre trabalhei no Distrito, pegava 4h da manhã e ia até 17h, tinha intervalo, ia até cinco, aí eu saía e pegava a rota que circulava bastante até chegar em casa. Trabalhava como montadora, mas também de serviços gerais, tudo pra mim é serviço. Tudo pra mim é um barato, adoro esse tipo de serviço. Pra mim eu não trabalhava com serviço de mulher, não. Eu gosto de cozinhar, mas não gosto dessa área.

O que é o serviço de mulher?

É assim, eu ter um marido do meu lado pra me perturbar. Ele chegar e, “tem comida pronta?”. É diferente uma mulher com homem, é diferente duas mulheres. Duas mulheres se entendem, trabalha, chegam juntas, vão fazer as coisas juntas, é muito carinho, é muita coisa. Homem não, homem com mulher é assim, “aí tu fez a comida?”. “Pô! Que tu tá fazendo?”. Então na casa da gente, ele é mais agressivo, entendeu!³

Dona Rosângela associa o *serviço de mulher* ligado às relações e atividades constituídas dentro de casa, que por muitos anos foram relegadas e construídas como trabalho feminino, e não masculino. Atrela também, de certa forma que como as experiências das mulheres estão próximas no que condiz aos serviços exigidos em casa, há uma menor possibilidade de desentendimentos em relações homoafetivas femininas.

Para dona Rosângela, essa divisão sexual ainda está presente em algumas relações e agrega que os *serviços de mulheres* estão ligados, também, às relações hétero-normativas, nas quais para ela “estabelecem” o papel feminino nas atividades do lar e nas quais para ela os homens cobram a responsabilidade para com a organização da casa e preparação de alimentos. A partir de suas experiências, as relações entre mulheres não extingue a agressividade, porém, apresenta elementos que se distanciam em outros relacionamentos como, os serviços domésticos, e em termos financeiros, a manutenção da casa, é, portanto, a partilha de dinheiro e atividades no lar que são diferentes, para dona Rosângela.

A historiadora Chitra Joshi denota que a ideia em torno do “homem provedor” advém da marginalização das mulheres, e afirma que o debate historiográfico que traz “uma preocupação exclusiva com a questão do homem provedor tende a obscurecer as variedades de trabalho em que estão engajadas as mulheres em casa e fora dela”. A autora propõe que passemos a compreender “as mulheres das famílias da classe trabalhadora com frequência criavam seus próprios códigos”, o que significava que na domesticidade, assim como aquelas que exerciam trabalhos remunerados os desenvolviam em sua luta para preservar um senso de dignidade (2009, p. 152).

³Entrevista realizada em 2012, na Praça do Relógio, na época em pequeno lanche, próximo à praça da Matriz.

Na área portuária do Centro de Manaus, as formas de trabalho a partir das vivências das mulheres se constituem como amplas e coletivas, e em determinados momentos, as mulheres que levam os filhos para o trabalho vão se organizando umas com as outras tanto para os cuidados com os filhos, tanto para as tarefas no porto. Se a execução das atividades não é sinônimo constantemente do empoderamento das mulheres, em que lhe garanta segurança financeira, participação contínua das regras e de melhores condições de trabalho, principalmente quando estamos falando de mulheres pobres, ele ao menos, abre caminhos de sociabilidade e solidariedade entre mulheres, algo de grande importância dentro das lutas cotidianas.

Na trajetória das entrevistadas, a noção em torno de trabalhos que contam com a participação de outras pessoas da própria família de e outras mulheres tem efeitos sobre a permanência de cada uma no porto, elaboram formas de sociabilidade que vão permitindo diálogo sobre as suas dificuldades e soluções para as mesmas. A Angélica narra sobre as condições em que elas amparam umas as outras:

Eu engravidei depois do nono ano [escolar], hoje tenho uma filha de dois anos de idade, uma hora dessas, ela tá lá com a avó dela.

Alguém traz os filhos para cá? Vixe! Muitas mulheres trazem os filhos pra cá, e como não tem com quem deixar ou não confia de deixar com os parentes, traz e a gente vai dando um jeito por aqui com as outras que trabalham aqui. Aí, a criança de colo ata uma rede para ela ficar.

E quando vocês precisam ir ao banheiro? A gente vai ali [apontando para o Mercado Adolpho Lisboa que é pago o valor de um real para o uso], a gente alterna aqui na barraca, uma pede para olhar as coisas dela ou o filho e vai lá. Aqui é assim.

São inúmeras as atividades que as mulheres têm exercido em seu cotidiano, e refletir sobre o entendimento que elas possuem de seus trabalhos se torna essencial ao passo que, cada vez mais, as práticas e organização têm sido percebidas de maneiras amplas por conseguirem com alguma frequência criar/participar de códigos sociais na área portuária. É bem verdade que, as mulheres em diálogo percebem as formas de pressões patriarcais, do provedor, da violência física que lhes cercam e com as quais convivem. Não poderia pressupor que por conta da força cotidiana, das estratégias para

a permanência na área portuária, e pela participação contínua dos rendimentos familiares, isso significaria que mulheres no porto estivessem encaixadas em uma mesma forma de pensamento e ação.

Como afirma a filósofa Marilena Chauí ao reconhecer a *ambiguidade* como uma “forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, percepção e cultura sendo, elas também ambíguas, constituídas não de elementos ou partes separáveis” (1986, p.123), afinal, uma das considerações a serem tomadas por nós historiadoras e historiadores é que não há uma definição prévia em torno dos sujeitos que desejamos compreender.

As interações dialógicas com as mulheres na área portuária vão redefinindo as perspectivas do trabalho, colocando-as no processo de contar suas trajetórias em primeira pessoa, identificando suas contribuições pessoais para a constituição das relações sociais, assim, possibilitam compreender trajetórias e sentidos para elas que estão em movimento.

Articular uma reflexão que mencionasse as formas percebidas sobre elas, reducionistas em oposições binárias como únicas definidoras das relações portuárias, afirmando que, “seus trabalhos são tranquilos, portanto, a elas é permitido que ganhem seu dinheiro⁴”, ou a partir de definições feitas sobre como se comportam quando trabalham parece ser um caminho pouco alternativo para reconhecer suas histórias de vida, como alerta a literata Chimamanda Ngozi Adichie, sobre os perigos de uma história única que localiza os sujeito em um segundo plano, um segundo lugar, fazendo “uma história definitiva daquela pessoa” (2009).

⁴Entrevista com Hulberte do Carmo, conhecido como Fred. Carregador de bagagens e mercadorias da área portuária. Ocorrida no Mercado Adolpho Lisboa, em 2012.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. In: Conferência Anual-TED Global 2009, ocorrida entre os dias 21 a 24 de julho, em Oxford, Reino Unido. O tema da Conferência “A essência das coisas não visíveis”. Disponível em vídeo e transcrita em: <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>

JOSHI, Chitra. **Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho**. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n°2, p. 156.

KHOURI, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história**. In: FENELON [et. al] *Muitas Memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. São Paulo: EDUSC, 2002.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

- _____. **Ensaio de História Oral.** São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- _____. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral.** In: *Revista Projeto História*, n. 15. Abril/1997.
- _____. **Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais.** Tempo, Rio de Janeiro, v.11, n.2, 1996.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das letras, 2018.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Disponível em: disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/169642/mod_resource/content/2/gênero-scott.pdf
- SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras.** São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.
- SILVA, Patrícia Rodrigues da. **Disputando espaço, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM 1967-2010).** Manaus: EDUA, 2016.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** 2 edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2001.
- _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.